



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo CME nº 32/2022		
Processo SEI nº 6016.2022/0053638-1		
Interessado: Mangará Serviços Educacionais e Espaço Família Iniciativa Waldorf Ltda - DRE SA		
Assunto: Recurso contra indeferimento do Pedido de Autorização de Funcionamento		
Conselheiras Relatoras: Sueli Aparecida de Paula Mondini e Silvana Lucena dos Santos Drago		
Parecer CME nº 05/2023	Aprovado em Sessão Plenária de 23/01/2023	Publicado no DOC de 02/02/2023, página 17

01	I – RELATÓRIO
02	A. Histórico
03	Em 22/03/2022 foi apresentada, na Diretoria Regional de Educação Santo Amaro – DRE
04	SA, documentação para solicitação de autorização de funcionamento da Escola Mangará
05	Espaço Família, cuja entidade mantenedora é Mangará Serviços Educacionais e Espaço
06	Família Iniciativa Waldorf Ltda, CNPJ/MF nº 35.426.687/0001-06, situada à Rua São
07	Benedito, nº 1542, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04735-003, objetivando atender
08	creche e pré escola, no horário das 8h às 18h.
09	Em 16/05/2022 , o Setor de Autorização de Funcionamento de Unidades Privadas de
10	Educação Infantil da DRE Santo Amaro realiza a análise documental, e encaminha o
11	processo autuado de solicitação de autorização de funcionamento para a Diretora
12	Regional de Educação, informando que os documentos apresentados pela Escola
13	Mangará Espaço Família atendem às exigências formais da Resolução CME 01/2018 e,
14	indica nos termos da Instrução Normativa SME 9/19 a necessidade de constituição de
15	Comissão de Supervisores Escolares para procederem à análise do Projeto Pedagógico e
16	do Regimento Escolar, entregues em 22/03/2022 , bem como realizar vistoria do prédio
17	a fim de atestar as condições de infraestrutura. A Comissão de Supervisores é instituída
18	por meio da Portaria nº 157, de 16/05/2022 .
19	Em 27/05/2022 , a Comissão procede, remotamente, a análise do PPP e do Regimento
20	Escolar.
21	Em 09/06/2022 a Comissão de Supervisores Escolares, comparece à unidade para
22	vistoria das dependências, mobiliários e equipamentos nos termos da Resolução CME
23	01/2018.

24	No dia 01/07/2022 a Comissão designada apresenta à Diretora Regional de Educação
25	Relatório Circunstanciado, constando os apontamentos relativos à análise do Projeto
26	Pedagógico, do Regimento Escolar e da vistoria realizada, em 09/06/2022 .
27	Quanto à análise do Regimento Escolar e do Projeto Político Pedagógico - PPP a
28	Comissão manifesta-se para que os mesmos sejam revistos e reelaborados à luz da
29	legislação vigente.
30	Em relação à vistoria realizada, é indicada a necessidade de providências, quanto a: pisos
31	da área externa desnivelados; imperfeições nas paredes; sem acessibilidade para
32	pessoas com deficiência; área com cobertura sem protetores de tomadas e com buracos
33	expostos; salas de atividades sem telas de proteção; em algumas salas as telas não
34	estão firmes; algumas salas sem proteção das luminárias; tomadas sem espelho de
35	segurança; fludário pikleriano dentro da sala de atividades; reparo da pintura das salas
36	e rodapés; quantidade vasos sanitários insuficiente; mobiliário insuficiente; sem balcão
37	passa-pratos ou porta duas faces; sem barra de apoio na altura das crianças; não há
38	lavatório na altura das crianças, nem torneiras com sensor; sem água quente no
39	chuveiro; faltam espelhos nas salas de referência; faltam cubas para higienização de
40	alimentos e lavagem dos utensílios; exaustor - requer limpeza ou substituição;
41	providenciar bebedouros com água filtrada na altura das crianças no refeitório, no
42	solarium e nas áreas externas; realizar reparos de umidade e pintura nas paredes na
43	despensa; quantidade de brinquedos, objetos sonoros e materiais pedagógicos
44	insuficientes; providenciar recursos midiáticos como câmera fotográfica, filmadora,
45	gravador, tablet e computador; e, também, ao inspecionar a geladeira, o freezer e os
46	armários verifica-se:
47	Na geladeira: alimentos e sobras acondicionados em potes plásticos com
48	tampa, potes plásticos sem tampa, potes de vidro com tampa, potes de
49	alumínio com tampa, embalagens de isopor com restos de alimentos,
50	alimentos em embalagens originais (sacos plásticos), alimentos
51	industrializados, tintas confeccionadas pelo estabelecimento, uma panela
52	destampada com lentilha de molho;
53	No freezer: alimentos congelados em sacos plásticos e embalagens de
54	isopor;
55	Nos armários: Embalagens de mantimentos como feijão, farinhas,
56	macarrão, chás, em uso e sem uso dois pacotes de macarrão.
57	A Comissão de Supervisores Escolares sugere o prazo de 30 (trinta) dias para as
58	adequações, o que é concedido pela Diretora Regional de Educação.

59	Em 04/07/2022 , a entidade mantenedora tem ciência, por e-mail, do contido no
60	Relatório Circunstanciado e do prazo de 30 (trinta) dias para providências.
61	Em 18/07/2022 , a entidade mantenedora Mangará Serviços Educacionais e Espaço
62	Família Iniciativa Waldorf Ltda requer, nos termos do art. 27, I, da Resolução CME nº
63	01/2018, a concessão de mais 30 (trinta) dias, além daqueles já deferidos, para
64	finalização das obras necessárias no prédio escolar, objetivando cumprir integralmente
65	as exigências apontadas no relatório da Comissão de Supervisores, bem como
66	encaminha, por e-mail, o Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar, informando que
67	foram realizadas as alterações e, também que “grande parte das adequações prediais
68	foram providenciadas”.
69	Em 19/07/2022 , a Comissão recebeu da referida entidade solicitação de prorrogação do
70	prazo para “manutenção de pintura interna e externa, instalação de espelhos, instalação
71	de bebedouros e outros”, sendo INDEFERIDA tal solicitação, em 01/08/2022 .
72	Em 05/08/2022 , a Comissão compareceu à Unidade para verificar se as adequações
73	solicitadas haviam sido realizadas. Durante a vistoria observa que as solicitações
74	estruturais/materiais, apontadas em primeira visita, foram realizadas parcialmente. A
75	análise, até este momento, considerava a informação da mantenedora que a unidade
76	de educação infantil comportaria até 106 (cento e seis) estudantes, 53 (cinquenta e
77	três) por período, não sendo classificada, portanto, como unidade de Pequeno
78	Porte. Apontam como quesitos não atendidos: pisos da área externa desnivelados;
79	imperfeições nas paredes; sem acessibilidade para pessoas com deficiência; salas de
80	atividades sem telas de proteção; algumas salas sem proteção das luminárias; flaudário
81	pikleriano dentro da sala de atividades; reparo da pintura das salas e rodapés;
82	quantidade vasos sanitários insuficiente; mobiliário insuficiente; sem balcão passa-
83	pratos ou porta duas faces; sem barra de apoio na altura das crianças; não há lavatório
84	na altura das crianças, nem torneiras com sensor; sem água quente no chuveiro; pia
85	para higienização das mãos; faltam espelhos nas salas de referência; chuveiro com água
86	quente; faltam cubas para higienização de alimentos e lavagem dos utensílios; exaustor -
87	requer limpeza ou substituição; realizar reparos de umidade e pintura nas paredes na
88	despensa; variedade de brinquedos, livros quantidade insuficientes; certificação dos
89	brinquedos pelo Inmetro; recursos midiáticos.
90	Em 19/08/2022 , a Comissão, em segunda etapa do processo, conclui que a entidade
91	mantenedora da Mangará Espaço Família NÃO APRESENTA CONDIÇÕES DE TER A
92	AUTORIZAÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PARA ABRIR E MANTER
93	INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, visto que não houve regularização por parte da

94	mantenedora, frente aos apontamentos da Comissão, em relação ao Projeto Político
95	Pedagógico (PPP) e ao Regimento Escolar e, também, não houve alterações significativas
96	nos ambientes para atender os Padrões Básicos de Qualidade da Educação Infantil
97	Paulistana, com base nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de
98	Educação Infantil, normatizados pela Portaria nº 3.581/2018 e Instrução Normativa nº
99	9/2018 e Resolução CME 05/2019 que trata da organização dos ambientes educativos e
100	recursos materiais referentes aos padrões de qualidade em unidades de educação
101	infantil.
102	Em 23/08/2022 a Diretora Regional publica despacho INDEFERINDO o pedido de
103	autorização de funcionamento formulado pela entidade mantenedora Mangará Serviços
104	Educacionais e Espaço Família Iniciativa Waldorf LTDA, referente à Mangará Espaço
105	Família, pelo não atendimento ao disposto na Resolução CME nº 01/18.
106	Em 24/08/2022 a DRE Santo Amaro encaminha ofício 167/2022 informando à entidade
107	mantenedora sobre o INDEFERIMENTO do pedido de autorização e funcionamento, com
108	ciência expressa em 25/08/2022.
109	Em 06/09/2022 a entidade mantenedora interpõe RECURSO e requer encaminhamento
110	ao Conselho Municipal de Educação, apresentando ofício com justificativas e
111	adequações realizadas e nova redação do Projeto Político Pedagógico e Regimento
112	Escolar.
113	Quanto as adequações solicitadas pela Comissão de Supervisores, apresenta
114	justificativas e adequações realizadas, acompanhadas de registro fotográfico:
115	<ul style="list-style-type: none"> • VASOS SANITÁRIOS
116	[...]a fim de atender referida exigência legal, o Espaço Família Mangará
117	compromete-se a atender apenas 12 crianças por sala ou 24 crianças por
118	período e apresenta agora no Termo de Capacidade Máxima.
119	[...]tal limitação da capacidade da instituição, a enquadrará como “pequeno
120	porte”, impactando o atendimento das demais exigências, como dispensa
121	ou compartilhamento de espaços de apoio de trabalho pedagógico.
122	<ul style="list-style-type: none"> • ESPAÇOS EDUCATIVOS
123	[...] Os pisos da entrada e pátio da frente já se encontra nivelados. No
124	mais, informamos que a instituição oferece serviço de recreação e que as
125	crianças brincam de forma segura no referido espaço.
126	“Reparos e manutenção de imperfeições nas paredes devem ser realizados”
127	– “as salas do piso superior não foram pintadas” – Já atendido.
128	“Não há telas de proteção contra insetos nas janelas das salas de

129	atividades” – Conforme constou no Projeto Político-Pedagógico, a
130	instituição adotará o método de ensino Waldorf. Este, tem como objetivo
131	primordial a formação de pessoas livres, sensíveis e responsáveis, pautando-se
132	para tanto na consciência coletiva e relação harmoniosa com a natureza.
133	“Na sala da Diretoria Administrativa a fiação está exposta” – Já atendido.
134	“Paredes de cores claras que não interfiram na luminosidade do
135	ambiente...” – “Requer manutenção e pintura interna e externa” – Já
136	atendido.
137	“Existe um fraldário pikleriano dentro da sala de atividades” – Informamos
138	que tendo em vista a idade das crianças a serem atendidas, o fraldário
139	pikleriano é um apenas um móvel de apoio pedagógico ao processo de
140	desfralde, sendo, portanto, utilizado para situações esporádicas e pontuais.
141	“Pias, móveis e bancadas com quinas arredondadas” – já atendido
142	“Luminárias com proteção contra queda e explicação, desnecessárias
143	quando de LED” – Já atendido em todas as salas.
144	“Espelhos coletivos nas salas de atividades...” – Conforme já citado
145	anteriormente, o método de ensino Waldorf, eleito pela instituição, não
146	condiz com a utilização de espelhos coletivos. Nesse sentido, incompatível
147	o cumprimento de tal exigência com as características da instituição de
148	ensino a ser autorizada.
149	• SALA DE ATIVIDADES
150	“Colchonetes ou camas empilháveis...” – Já atendido. Lembrando que a
151	quantidade de colchonetes será aumentada de acordo com o número de
152	crianças matriculadas. [...]
153	“Pintura nas salas de atividades, incluindo o rodapé” – “Somente a sala do
154	piso inferior foi pintada” – Apesar do indicado no relatório da Comissão de
155	Supervisores, as salas de atividades encontram-se em estado de
156	conservação, não havendo necessidade de renovação das pinturas.
157	• REFEITÓRIO
158	“Mobiliário apropriado à faixa etária...” – “Insuficiente para o atendimento
159	pretendido” – A fim de atender a referida exigência, o Espaço Família
160	Mangará mudou o refeitório atual para outro espaço, o qual comportará
161	um número maior de crianças. Todavia, convém esclarecer que o espaço
162	atual poderá ser ainda utilizado, a depender das condições climáticas,
163	oportunidade em atenderá as crianças de forma escalonada.
164	“Balcão passa-pratos ou porta duas faces com altura entre 60 e 80 cm” – Já
165	atendido.
166	• BANHEIRO INFANTIL
167	“Box com chuveiro e/ou chuveirinho...” – “O chuveiro precisa de instalação

168	elétrica” – Já atendido.
169	• DEPENDÊNCIAS DE SERVIÇOS DE APOIO
170	“Cubas para higienização de alimentos e lavagem dos utensílios” – As
171	cubas já foram adquiridas e aguarda-se a chegada para instalação das
172	mesmas.
173	“Coifa ou exaustor” – “Requer limpeza ou substituição” – Já atendido.
174	“Pia para higienização das mãos” – Já atendido
175	• DESPENSA
176	“Não tem despensa e não é considerada pequeno porte” – Com a
177	adequação da capacidade de atendimento, a instituição será considerada de
178	pequeno porte, o que impactará no atendimento positivo das exigências
179	quanto à despensa.
180	“Espelho” – “Instalar espelho no piso térreo” – Já atendido.
181	• ALMOXARIFADO
182	“Não há 1 espaço destinado somente para a guarda de materiais
183	pedagógicos, limpeza e cozinha. Providenciar espaços distintos” –
184	“Permanece a mesma organização” – Já atendido.
185	“No espaço denominado no croqui como despensa, realizar reparos de
186	umidade e pintura nas paredes” – Já atendido
187	• DEPÓSITO DE LIXO
188	“Destinado a resíduos sólidos até a coleta pelo órgão responsável, isolado
189	da área de maior circulação, sendo possível utilizar contêineres apropriados
190	para este fim” – Já atendido
191	• DOS RECURSOS MATERIAIS
192	A Comissão de Supervisores considerou os materiais oferecidos pela
193	instituição insuficiente ou com pouca variedade. Entretanto, novamente
194	deixou a Comissão de analisar o método de ensino a ser praticado pela
195	instituição, bem como o contexto de ensino a que se propõe. A pedagogia
196	Waldorf, por exemplo, não anui com a utilização de ‘tablet’, computador
197	ou qualquer outro recurso midiático.
198	Os brinquedos a serem utilizados são os denominados “ <i>brinquedos de</i>
199	<i>apoio</i> ” confeccionados à mão, muitas vezes, pelas próprias crianças, à partir
200	de tecidos, madeira, produtos recicláveis, argila e corantes naturais. Daí o
201	porquê da atual limitação de cores e variedade, bem como da
202	impossibilidade de certificação do Inmetro.
203	• OUTRAS OBSERVAÇÕES
204	“Os padrões de qualidade da Educação Infantil Paulistana prevê banheiros
205	de uso exclusivo dos adultos sem acesso às crianças. Orientamos a
206	adequação no espaço, garantindo exclusividade de uso ao público

207	atendido” – “Foi instalada uma divisória e impede a visualização, porém os
208	vasos sanitários permanecem nos mesmos locais” – Trata-se de amplo
209	banheiro. Este contém um vaso sanitário para atendimento de adultos e
210	um vaso sanitário infantil. Não há razão para destiná-lo exclusivamente a um
211	único público.
212	“Sala 4 do croqui: Recomendamos que seja utilizada como sala dos
213	professores” – Apesar da sugestão da Comissão de Supervisores, a escola
214	entende que a sala dos professores está melhor localizado no ambiente
215	atual, uma vez que se encontra ao lado do banheiro destinado aos
216	funcionários.
217	“Armários e espaços: Orientamos organizar cada material conforme o
218	destino ao qual se propõe” – Já atendido.
219	• DOCUMENTAÇÃO
220	Conforme já anteriormente explanado, a instituição de ensino requereu
221	prazo suplementar de 30 (trinta) dias para o cumprimento dos
222	apontamentos realizados pela Comissão de Supervisores em relatório
223	inicial. Tal pedido, entretanto, <i>foi tacitamente negado, à medida que não</i>
224	<i>se teve nenhuma decisão, tampouco ciência por parte da entidade</i>
225	<i>mantenedora.</i>
226	Sendo assim, apresenta agora nova redação do Projeto Político-Pedagógico e
227	Regimento Escolar, os quais atendem as exigências realizadas pela
228	Comissão de Supervisores em parecer inicial.
229	Em 23/09/2022 novo Termo de Diligência foi expedido, sendo realizada pela Comissão de
230	Supervisores a terceira vistoria. A análise considerava a informação da mantenedora
231	que a unidade de educação infantil comportaria até 48 (quarenta e oito) estudantes,
232	24 (vinte e quatro) por período, passando a ser classificada como unidade de Pequeno
233	Porte. A seguir serão apresentados quesitos considerados pela Comissão de
234	Supervisores como, ainda, não atendidos, conforme consta no Relatório Circunstaciado
235	com o respectivo registro fotográfico:
236	• ESTRUTURA FÍSICA que encontram-se inadequados:
237	a) Nivelar os pisos da área externa denominada parque na planta apresentada,
238	incluindo o corredor, que garanta a segurança das crianças para correr, andar e
239	brincar. (NÃO ATENDIDO)
240	b) Reparos e manutenção de imperfeições nas paredes devem ser realizados.(NÃO
241	ATENDIDO).
242	c) Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência. (NÃO ATENDIDO)
243	d) Telas de proteção contra insetos nas janelas das salas de atividades. (NÃO
244	ATENDIDO)

245	e) Fiação exposta na sala da Diretora Administrativa (NÃO ATENDIDO)
245	f) Manutenção e pintura interna e externa. (ATENDIDO PARCIALMENTE)
246	g) Pintura nas salas de atividades, incluindo rodapés. (SOMENTE A SALA DO PISO
247	INFERIOR FOI PINTADA)
248	h) Portas das salas de atividades e fraldário com visibilidade interna. (NÃO
249	ATENDIDO)
250	i) Rota de fuga possibilitada por, no mínimo, dois acessos a cada andar do prédio.
251	(NÃO ATENDIDO)
252	j) Quantidade de vasos sanitários indicados como insuficiente para o atendimento
253	pretendido. (NÃO ATENDIDO)
254	k) Bebedouros com água filtrada na altura das crianças, em quantidade compatível.
255	(NÃO ATENDIDO)
256	l) Balcão passa-pratos ou porta duas faces com altura entre 60 e 80 cm. (NÃO
257	ATENDIDO)
258	m) Cubas para higienização de alimentos e lavagem dos utensílios. (NÃO ATENDIDO)
259	n) Pia para higienização das mãos. (NÃO ATENDIDO)
260	o) Banheiro localizado na área coberta, de acesso aos adultos e crianças. (NÃO
261	ATENDIDO)
262	p) Armários e espaços: Orientamos organizar cada material conforme o destino ao
263	qual se propõe. (ATENDIDO PARCIALMENTE)
264	q) Reparar os pontos de estufamento das paredes e refazer a pintura. (NÃO
265	ATENDIDO)
266	r) Fraldário pikleriano dentro da sala de atividades. Foi constatada em primeira
267	vistoria que o suporte piclé utilizado, como consta em imagem 13, para a efetiva
268	realização das trocas. (NÃO ATENDIDO)
269	s) Não tem despensa, e não é considerada de pequeno porte. (NÃO ATENDIDO)
270	Ventilação que garanta a boa conservação dos alimentos;
271	Telas milimétricas nas janelas e portas que permanecem abertas;
272	Proteção contra roedores e insetos nas portas;
273	Prateleiras em material lavável;
274	Estrados fenestrados para sacarias, elevados do piso.
275	RECURSOS MATERIAIS
276	a) Espelhos coletivos nas salas de atividades: amplos, na altura das crianças, que
277	possibilitem a visualização do próprio corpo inteiro e do grupo. (NÃO ATENDIDO)
278	b) Colchonetes ou camas empilháveis insuficiente para a quantidade de atendimento
279	pretendida. (NÃO ATENDIDO)
280	c) Colchonetes com, no mínimo, 10 cm de espessura, revestidos com material
281	impermeável e de fácil limpeza. (NÃO ATENDIDO)
282	d) Recursos midiáticos como câmera fotográfica, filmadora, gravador, tablet e

283	computador, recursos esses sempre disponíveis para utilização pelas crianças.
284	(NÃO ATENDIDO)
285	e) Livros infantis com qualidade e quantidade suficientes. (NÃO ATENDIDO)
286	f) Certificação do Inmetro: necessários para os equipamentos e brinquedos. (NÃO
287	ATENDIDO)
288	g) Variedade de brinquedos. (NÃO ATENDIDO)
289	Em 07/10/2022 a Comissão de Supervisores Escolares elabora novo Relatório
290	Circunstanciado, apresentando como conclusão:
291	Diante da análise que se apresenta, decorrente de nova vistoria realizada
292	em 23 de setembro de 2022, a Comissão de Supervisores Escolares
293	conclui que a entidade mantenedora da Mangará Espaço Família NÃO
294	APRESENTA CONDIÇÕES DE TER A AUTORIZAÇÃO POR PARTE DO
295	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PARA MANTER INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO
296	INFANTIL, visto que, não houve alterações significativas nos ambientes,
297	além do PPP entregue sem os devidos ajustes, não estando em
298	consonância com a legislação em vigor, sobretudo com os Padrões Básicos
299	de Qualidade da Educação Infantil Paulistana, com os Parâmetros Básicos
300	de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.
301	Em 10/10/2022 à vista do contido no Relatório Circunstanciado da Comissão de
302	Supervisores Escolares, a Diretora Regional de Educação de Santo Amaro manifesta-se
303	pelo INDEFERIMENTO do pedido de autorização de funcionamento da Unidade
304	Educacional em tela e encaminha para envio ao CME, nos termos da Resolução CME nº
305	01/2018.
306	Em 11/10/2022 , SME/COGED/DINORT, manifesta-se nos termos do artigo 31 da
307	Resolução CME 01/18 Considerando que o expediente se encontra instruído consoante
308	o disposto na Resolução CME nº 01/18 e na conformidade do quadro de análise,
309	propomos o envio ao Conselho Municipal de Educação quanto a pertinência do recurso,
310	e encaminha para a manifestação do CME.
311	Em 13/10/2022 o processo é encaminhado para o Gabinete da SME o qual encaminha
312	em 14/10/2022 para o CME o pedido de recurso contra a decisão de indeferimento de
313	autorização de funcionamento da Escola Mangará Espaço Família, cuja entidade
314	mantenedora é Mangará Serviços Educacionais e Espaço Família Iniciativa Waldorf Ltda.
315	Após análise preliminar do processo na Câmara de Educação Infantil e Fundamental
316	Anos Iniciais do Conselho Municipal de Educação – CEIFAI/CME, à vista das
317	considerações sobre o diferencial da proposta pedagógica Waldorf e argumentos

318	constantes no Recurso, em 23/11/2022 , este Conselho propôs Diligência junto à
319	responsável legal da entidade mantenedora da denominada Escola Mangará Espaço
320	Família, alertando a Comissão de Supervisores para que sejam, mais uma vez,
321	verificados os argumentos apresentados no Recurso, no que se refere aos espaços
322	físicos e materiais; o Quadro de Funcionários apresentado e a Formação exigida para
323	cada uma das funções.
324	Em 19/12/2022 , a Comissão de Supervisores, retornou ao endereço em Diligência, para
325	proceder à quarta vistoria e emite Novo Relatório Circunstanciado, elencando os itens
326	que ensejaram o INDEFERIMENTO, constam com atendidos pela mantenedora, nos
327	argumentos do Recurso, porém não foram constatados:
328	1. Itens relacionados à estrutura/materiais apontados em Recurso:
329	a. nos apontamentos realizados por esta Comissão em Terceiro Relatório,
330	existem itens na estrutura e manutenção do prédio que continuam sem
331	atendimento, a única providência foi a instalação de duas cubas na cozinha;
332	b. a planta apresentada no processo e alterações informadas difere da
333	apresentada no ato da visita.
334	2. Quadro de Funcionários e a Formação exigida para cada uma das funções exercidas:
335	a. constatamos que 18 crianças estavam sendo atendidas por duas profissionais
336	(Bianca Maidlinger e Maria Perpétua Arruda, sendo uma delas profissional sem
337	habilitação para a função, é contratada para outro fim – consta no PPP compo
338	Coordenadora Pedagógica .
339	b. a unidade não conta com Diretor de Escola;
340	3. Oferta de alimentação para as crianças – a responsável da entidade mantenedora,
341	senhora Patrícia, esclarece que não há contrato de prestação de serviço com a
342	nutricionista, visto que a alimentação será preparada no local, pela mantenedora;
343	4. Não houve apresentação de novo Projeto Político Pedagógico - PPP, que ensejasse
344	nova análise orientada em Terceiro Relatório.
345	5. No referente à faixa etária, divergente do que foi solicitado, no momento da
346	vistoria, constatamos crianças da faixa etária entre 2 a 7 anos.
347	A Comissão de Supervisores Escolares instituída por Portaria da Diretora Regional,
348	conclui que a entidade mantenedora da Mangará Espaço Família PERMANECE NÃO
349	APRESENTANDO CONDIÇÕES DE TER A AUTORIZAÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE
350	SÃO PAULO PARA ABRIR E MANTER INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, visto que
351	não houve alteração no Projeto Político-Pedagógico, existe desacordo entre proporção
352	adulto x criança e falta de profissionais habilitados para o atendimento e exercício das
353	demaís funções constantes na legislação em vigor.

354	A Diretora Regional de Educação manifesta-se conclusivamente pelo INDEFERIMENTO
355	do pedido e o processo retorna da Diligência
356	2. APRECIÇÃO
357	Trata o presente do pedido de autorização de funcionamento da Escola Mangará Espaço
358	Família, cuja entidade mantenedora é Mangará Serviços Educacionais e Espaço Família
359	Iniciativa Waldorf Ltda, CNPJ/MF nº 35.426.687/0001-06, situada à Rua São Benedito, nº
360	1542, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04735-003, objetivando atender creche e pré
361	escola, no horário das 8h às 18h, apresentado na Diretoria Regional de Educação Santo
362	Amaro – DRE SA.
363	Antecedendo a análise do processo, cabe ressaltar que em seu pedido inicial a referida
364	entidade se pauta na Deliberação CEE-138, de 11/02/2016, <i>que fixa normas para</i>
365	<i>autorização de funcionamento e supervisão de estabelecimentos e cursos de educação</i>
366	<i>infantil, ensino fundamental, médio e de educação profissional de nível técnico, no</i>
367	sistema estadual de ensino de São Paulo . Portanto, os pedidos de autorização de
368	funcionamento regulados por esta Deliberação, se referem, quando se tratar:
369	§ 3º - As instituições que mantêm educação infantil juntamente com outra
370	modalidade de educação básica, pertencem ao sistema estadual de ensino,
371	e o processo de autorização dar-se-á nos termos desta Deliberação.
372	Também merece destaque, o item 19, que trata sobre Inclusão, registrado no Projeto
373	Político-Pedagógico, o qual define:
374	Nossos procedimentos são baseados na RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 100 , de 13
375	de dezembro de 2016, cabendo ao Mangara Iniciativa Waldorf a melhor
376	interpretação em cada caso.
377	O Sistema Municipal de Ensino de São Paulo tem dispositivos próprios estabelecidos na
378	Resolução CME 01/2018, na Portaria SME 3.581/2018 e Instrução Normativa SME
379	9/2019, os quais firmam como requisito primário para obtenção da concessão para
380	ofertar serviços de educação no município de São Paulo, a apresentação de
381	documentação da instituição de caráter privado, que comprove condições prévias para
382	sua habilitação.
383	No entanto, verifica-se, conforme apontado no PPP, item 7 Histórico, o Mangará Espaço
384	Família foi fundado em 2019, prestando serviço como escola, de forma irregular, pois o
385	Ofício inicial requerendo solicitação de Autorização de Funcionamento foi protocolado
386	no Núcleo de Escolas Particulares da DRE Santo Amaro, em 22/03/2022 , com a

387	apresentação de documentos, inclusive o Projeto Pedagógico e o Regimento
388	Educacional.
389	A partir de então, foram realizados os procedimentos subsequentes previstos na
390	Resolução CME 01/2018 e na IN 09/2019, quais sejam:
391	- verificação da apresentação de todos os documentos em 16/05/2022 ;
392	- constituição da Comissão de Supervisores Escolares, por Portaria nº 157, de
393	16/05/2022 ;
394	- vistoria e análise de documentação pedagógica no período de 25/05 a 01/07/2022 ,
395	quando da emissão do 1º Relatório Circunstanciado, com a sugestão de concessão de 30
396	dias para adequações prediais, de equipamentos e revisão da documentação pedagógica
397	apresentada;
398	- encaminhamento para Escola Mangará Espaço Família do Relatório Circunstanciado
399	para providências no prazo de 30 dias, em 04/07/2022 ;
401	- a entidade mantenedora Mangará Serviços Educacionais e Espaço Família Iniciativa
402	Waldorf Ltda requer a concessão de mais 30 dias, além daqueles já deferidos, para
403	finalização das obras necessárias no prédio escolar, em 18/07/2022 ;
404	- a Comissão recebe a solicitação de prorrogação do prazo para “manutenção de pintura
405	interna e externa, instalação de espelhos, instalação de bebedouros e outros” em
406	19/07/2022 , sendo que em 01/08/2022 , INDEFERE por considerar o prazo concedido
407	exequível;
408	- a Comissão de Supervisores realiza a segunda vistoria em 05/08/2022 e encerra a
409	segunda parte do processo, em 19/08/2022 ;
410	- em 22/08/2022 a Diretora Regional publica o despacho de INDEFERIMENTO do pedido
411	de autorização de funcionamento formulado pela Mantenedora Mangará Serviços
412	Educacionais e Espaço Família Iniciativa Waldorf LTDA, publicado no DOC, em
413	23/08/2022 , p. 60;
414	- a DRE SA encaminha, em 24/08/2022 , ofício 167/2022 informando a entidade
415	mantenedora sobre o INDEFERIMENTO do pedido de autorização e funcionamento , com
416	ciência expressa em 25/08/2022 ;
417	- a entidade mantenedora interpõe RECURSO contra o INDEFERIMENTO, em
418	06/09/2022 , apresentando ofício com justificativas e adequações realizadas
419	(acompanhadas de registros fotográficos) e nova redação do Projeto Político-Pedagógico
420	e do Regimento Escolar;
421	- nova vistoria e análise da documentação pedagógica é realizada no período de 23/09 a
422	07/10/2022 , com o posicionamento de INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO
423	DE FUNCIONAMENTO;
424	- A Diretora Regional à vista do contido no Relatório Circunstanciado da Comissão de
425	Supervisores Escolares, manifesta-se pelo INDEFERIMENTO do pedido de autorização de
426	funcionamento da Unidade Educacional, em 10/10/2022 .

427	- a SME/COGED/DINORT, após análise considera que o expediente se encontra instruído
428	consoante o disposto na Resolução CME nº 01/18 e na conformidade do quadro de
429	análise, em 11/10/2022 , propondo o envio ao Conselho Municipal de Educação para
430	manifestação quanto a pertinência do recurso;
431	- o pedido de recurso contra a decisão de INDEFERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE
432	FUNCIONAMENTO da Escola Mangará Espaço Família, cuja entidade mantenedora é
433	Mangará Serviços Educacionais e Espaço Família Iniciativa Waldorf Ltda, chega a este
434	Conselho em 14/10/2022 .
435	Em 23/11/2022 , numa análise realizada na Câmara de Educação Infantil e Fundamental
436	Anos Iniciais, dos itens apresentados no último Relatório Circunstanciado e a
437	contraposição apresentada pela mantenedora, no RECURSO, decidiu-se por baixar em
438	DILIGÊNCIA para constatar as informações fornecidas pela entidade mantenedora.
439	A Comissão de Supervisores Escolares, em DILIGÊNCIA comparece para nova vistoria em
440	19/12/2022 e verifica que, no referente às instalações prediais, poucas foram as
441	adequações realizadas.
442	Em relação ao Regimento Escolar as adequações são consideradas a contento.
443	Quanto ao Projeto Político-Pedagógico, considerando o indicado em Relatório
444	Circunstanciado anterior, ainda não contempla conceitos, princípios, formas de
445	organização relativas a Educação Infantil que expressem a opção pedagógica Waldorf e
446	como esta pedagogia articula-se com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento
447	expressas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC–Educação Infantil.
448	Quanto à alimentação é apresentado cardápio assinado por Nutricionista, porém
449	durante a visita da supervisão foi constatado que o preparo da refeição estava sendo
450	realizado pela mantenedora, apesar de ser registrada como serviço terceirizado.
451	No referente à faixa etária, divergente do que foi solicitado, no momento da vistoria,
452	encontram-se crianças da faixa etária entre 2 e 7 anos, fora da faixa etária da educação
453	infantil, objeto desta solicitação de autorização de funcionamento.
454	Outro aspecto de suma importância se refere à formação dos profissionais exigida por
455	lei para atuar como professora e diretora escolar, pois a formação apresentada no PPP
456	não está de acordo com o que estabelece a lei: não tem Diretora Escolar, a
457	Coordenadora Pedagógica atua como professora e existe profissional sem formação
458	específica para a docência.

459	Isto posto, a Comissão de Supervisores manifesta-se: PERMANECE NÃO APRESENTANDO
460	CONDIÇÕES DE TER A AUTORIZAÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO PARA ABRIR E
461	MANTER INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL e encaminha para a Diretora Regional que,
462	manifestando-se conclusivamente , encaminha a este Conselho, instância recursal para
463	o caso em tela.
464	Importa sublinhar que são válidas as escolhas pedagógicas e metodológicas da unidade
465	que pretendem materializar os princípios epistemológicos da concepção Waldorf de
466	educação, todavia, são inegociáveis os requisitos para autorização e funcionamento
467	previstos na Resolução CME 01/2018.
468	II. CONCLUSÃO
469	À vista do exposto e, em especial, o contido nos Relatórios da Comissão de Supervisores
470	e das manifestações das autoridades pré-opinantes:
471	1. Toma-se conhecimento do recurso interposto pela responsável legal da
472	empresa Mangará Serviços Educacionais e Espaço Família Iniciativa Waldorf
473	Ltda, CNPJ/MF nº 35.426.687/0001-06, e mantém-se o INDEFERIMENTO DO
474	PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO para a unidade denominada
475	Escola Mangará Espaço Família, para atendimento à faixa etária entre 2 (dois)
476	e 5 (cinco) anos, localizada à Rua São Benedito, nº 1542, Santo Amaro, São
477	Paulo.
478	2. A DRE Santo Amaro, para garantia dos direitos essenciais ao desenvolvimento
479	integral das crianças atendidas e de acesso à escola de educação infantil
480	devidamente autorizada que conta com supervisão do órgão competente do
481	sistema de ensino, deve :
482	a. proceder às medidas administrativas e legais conforme Portaria
483	Intersecretarial SME/SMSP 07/08, alertando para as condições
484	inadequadas para atendimento à educação infantil;
485	b. solicitar a listagem das crianças matriculadas na unidade, contendo a
486	ciência dos responsáveis sobre o encerramento do atendimento;
487	c. a partir da listagem recebida, realizar o cadastro no sistema EOL dos
488	matriculados da faixa etária 2 (dois) e 3 (três) anos e a indicação de vagas
489	para matrícula em escola municipal aos matriculados de 4 e 5 anos;
490	d. encaminhar
491	e. acompanhar o encerramento de atividades, com especial atenção aos
492	procedimentos de comunicação às famílias;
493	f. retornar, em 60 (sessenta) dias, as providências adotadas conforme o
494	presente Parecer.

495	III. DELIBERAÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - CEIFAI
496	
497	A Câmara de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - CEIFAI aprova, por unanimidade, o presente Parecer.
498	
499	Sala da CEIFAI, em 23 de janeiro de 2023.
500	<hr/> Conselheira Cristina Margareth de Souza Cordeiro Presidente da CEIFAI/CME SP
501	
502	IV. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO
503	O Conselho Municipal de Educação aprova, por unanimidade, o presente Parecer.
504	
505	<hr/> Conselheira Rose Neubauer Presidente do Conselho Municipal de Educação CME SP
506	